

PERSPECTIVAS QUE APROXIMAM FLEXÃO E DERIVAÇÃO

Vitor de Moura VIVAS¹

(*Instituto Federal de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro*)

Resumo: *Este artigo descreve a interpretação dada à distinção flexão/derivação em abordagens recentes, mostrando que a proposta de continuum vem cada vez mais se consolidando na literatura.*

Palavras-chave: *Morfologia; Flexão; Derivação.*

INTRODUÇÃO

Existem diversas características que evidenciam semelhanças entre os processos flexional e derivacional. “Alguns autores, como Halle (1973), em vez de insistirem na separabilidade, defendem a ideia de que o comportamento da flexão não é radicalmente diferenciado do da derivação, uma vez que ambas guardam relações de identidade formal e/ou estrutural” (GONÇALVES, 2011, p. 71).

Neste artigo, acreditamos que o tratamento da flexão por um viés sintático (CHOMSKY, 1970; MATHEWS, 1972; ANDERSON, 1982) é muito reducionista. A oposição discreta (total) entre flexão e derivação não nos parece a melhor maneira para analisar os dados. Flexão e derivação utilizam estratégias formais morfológicas semelhantes; para MTA e NP, no português, ocorrem sufixação e processos não contatenativos (fusão). Além disso, como afirma Halle (1973), significados veiculados pela flexão em uma língua podem ser expressos por derivação em outras.

Os autores que optam por uma oposição discreta, em detrimento da gradiente, para flexão e derivação defendem a ideia de que esses processos ocorrem em módulos diferentes (hipótese lexicalista fraca): flexão, na sintaxe, e derivação, no léxico. Aqueles que não acreditam no tratamento sintático da flexão e afirmam que os dois processos não devem ser entendidos como totalmente opostos são “partidários” da hipótese lexicalista forte. Segundo esta corrente, flexão e derivação operam no léxico.

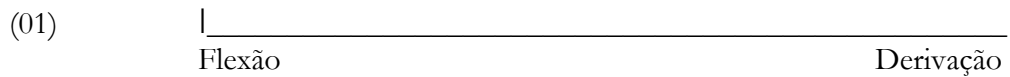
Defendemos a hipótese de que flexão e derivação apresentam semelhanças e, por isso, ocorrem num mesmo módulo; desse modo, a oposição entre os processos deve ser gradiente. Para questionar a visão sintática da flexão, Gonçalves (2011), fundamentando-se em Williams (1981) e Lieber (1980), afirma que a derivação também pode apresentar relevância sintática, além de ser, em alguns exemplos, mais periférica (externa) que a flexão. Além disso, propriedades idiossincráticas, fonológicas, semânticas e paradigmas defectivos associam-se à flexão. “Por isso, formas flexionadas devem figurar no léxico e estar relacionadas por regras de redundância idênticas às que relacionam derivados” (GONÇALVES, 2011, p. 85). Neste artigo, apresentamos uma série de abordagens que apresentam semelhanças entre flexão e derivação.

¹ Doutor em Letras Vernáculas. Professor Adjunto do IFRJ. E-mail: vivasvitor@gmail.com

Perspectivas que aproximam flexão e derivação

1. A VISÃO DE BYBEE (1985)

Segundo Bybee (1985), flexão e derivação apresentam semelhanças e, por isso, não se distinguem totalmente. Nas línguas do mundo, os afixos devem ser dispostos em um *continuum* com os polos flexional e derivacional, como formalizamos abaixo:



Além de propor a análise gradiente dos processos morfológicos flexional e derivacional, a autora defende que os meios de expressão linguística (léxico, derivação, morfemas gramaticais livres, flexão e sintaxe) são motivados.

Bybee (1985) verifica a existência de três expressões básicas nas línguas do mundo: lexical, flexional, sintática. Com relação à expressão flexional, a autora afirma que esta pode ser de duas formas: através de 1) afixos ligando-se a um radical ou de 2) mudança no radical (fusão). Em português, por exemplo, observamos, na forma verbal ‘fize**mos**’², informação número-pessoal do primeiro tipo; já em ‘f/e/z’, a informação de número-pessoa dá-se por mudança no radical (fusão).

Um mesmo conteúdo pode ser expresso lexical, flexional ou sintaticamente nas línguas do mundo; Bybee (1985) tem o interesse de descrever alguns princípios que façam previsões sobre o comportamento de categorias flexionais. Dessa forma, através da amostra de Perkins, de cinquenta línguas, a autora verifica 1) quais categorias gramaticais são expressas flexionalmente nas línguas do mundo; 2) a ordem em que essas categorias ocorrem com relação ao radical e 3) o efeito morfofonêmico dessas categorias com relação ao radical.

Na expressão lexical, dois ou mais conteúdos são expressos num mesmo vocábulo, indivisível em outras unidades morfológicas. Como demonstra Gonçalves (2005), no português, ocorre expressão lexical: em ‘feliz’, os conteúdos ‘alegre’ e ‘contrário’ são expressos num vocábulo monomorfêmico; ‘cardume’ é a expressão lexical de ‘peixe’ e ‘grupo’; e ‘horível’ apresenta os conteúdos ‘feio’ e ‘muito’. Já na expressão sintática, conteúdos diferentes são expressos por vocábulos distintos, independentes. No português, a informação de tempo futuro pode ser expressa morfológicamente (‘conhecerei’) ou sintaticamente (‘vou conhecer’, ‘irei conhecer’).

Segundo Bybee (1985), esses três tipos de expressão não são discretos, mas constituem áreas de um *continuum*. Além disso, entre essas expressões, ocorrem outras intermediárias. Entre as expressões lexical e flexional, por exemplo, ocorre a expressão derivacional. A expressão derivacional assemelha-se à lexical, porque se caracteriza por significados idiossincráticos (há instabilidade semântica) e sofre restrições de aplicabilidade.

Quanto à semelhança com a expressão flexional, na derivação, assim como na flexão, duas (ou mais) partículas são aplicados dentro de um mesmo vocábulo. Entre as expressões flexional e sintática, também ocorrem expressões intermediárias. No português, como observa Gonçalves (2005), clíticos (‘me’, ‘o’, ‘lhe’), verbos auxiliares (‘ter’, ‘haver’, ‘ir’) e artigos (‘o’, ‘as’,

² Utilizamos aspas simples para citar vocábulos ou trechos e também para indicar significados; os afixos são representados em itálico. Para expressar conteúdos gramaticais, optamos por letras maiúsculas (conteúdo de PRESENTE DO INDICATIVO, significado de 1ª PESSOA DO SINGULAR).

‘um’, ‘umas’) são exemplos de expressão intermediária: morfemas gramaticais livres, nos termos de Bybee (1985).

Esse tipo de expressão intermediária assemelha-se à expressão lexical, visto que ocorrem vocábulos (e não unidades morfológicas presas) que se ligam a outros itens lexicais. Todavia, essa expressão também tem características de flexão, já que seus elementos formam oposições paradigmáticas e são obrigatórios em determinados contextos. Esses diferentes tipos de expressão são dispostos num *continuum* que parte do maior para o menor grau de fusão, como vemos abaixo (BYBEE, 1985, p. 12):

(02)

lexical ----- derivacional ----- flexional ----- morfemas gramaticais livres ----- sintática
< -----
<< maior grau de fusão

Bybee (1985) defende a hipótese de que a expressão linguística é motivada; existem princípios que levam uma categoria a ser expressa flexional, lexical ou sintaticamente. A autora verifica que certas categorias verbais aparecem com grande frequência nas línguas do mundo como flexionais: aspecto, tempo, modo, número, pessoa. Outras, como causatividade, negação e voz, também aparecem, mas com menos frequência. Essa regularidade não ocorre por acaso: princípios, como relevância e generalidade, governam a expressão flexional segundo a autora.

O princípio relevância estabelece que dois conteúdos são relevantes entre si quando um afeta diretamente o outro. Quando existe relevância entre os conteúdos, a expressão é lexical ou morfológica (flexional / derivacional). Se os conteúdos forem irrelevantes, um para o outro, a expressão tende a ser sintática.

Para ilustrar o princípio relevância semântica, podemos verificar o conteúdo direcionalidade em verbos. O conteúdo direcionalidade tem relevância muito alta para verbos de movimentos; isso fica evidente, já que, para o conteúdo ‘mover’, é essencial que se saiba ‘para onde se move’. Como demonstra Gonçalves (2005), é provável encontrarmos expressão lexical para esses conteúdos no português: ‘subir’ (‘andar para cima’); ‘descer’ (‘andar para baixo’); ‘seguir’ (‘andar para frente’); ‘voltar’ (‘andar para trás’); ‘entrar’ (‘andar para dentro’); ‘sair’ (‘andar para fora’).

Um outro conteúdo que se relaciona a verbos é o de COMPANHIA (‘com quem se realiza um processo’). Esse conteúdo não é tão fundamental para verbos de movimento; então, não vemos fusão de conteúdos MOVIMENTO e COMPANHIA. Assim, para indicarmos que nos movemos na companhia de alguém, utilizamos expressão sintática: ‘Andamos **com alguém**’; ‘Seguimos **com alguém**’; ‘**Eu e alguém** voltamos de algum lugar’ (GONÇALVES, 2005).

Quando um vocábulo indica uma atividade que pode ser realizada em conjunto ou sozinho, é relevante semanticamente o conteúdo COMPANHIA. Focalizando, por exemplo, a atividade ‘orientação acadêmica’, é fundamental saber se ela foi em conjunto ou não. Desse modo, apesar de não haver expressão lexical para os conteúdos ‘orientar’ + COMPANHIA, verificamos expressão morfológica: ‘co-orientar’; ‘co-orientação’.

Para conteúdos como ‘organizar’, ‘chefiar’, ‘participar’ (que também indicam atividades que podem ser realizadas em conjunto), também é relevante o conteúdo COMPANHIA. Ocorrem dados no português que comprovam essa previsão: ‘co-participação’; ‘co-organizar’; ‘co-chefiar’.

Perspectivas que aproximam flexão e derivação

Bybee (1985: 13-14) afirma que a relevância depende da saliência cognitiva e cultural: “dois conteúdos são altamente relevantes, um para o outro, se o resultado da combinação deles nomeia algo que tem alta saliência cultural ou cognitiva”. Gonçalves (2005) demonstra que, no português, o conteúdo ‘ritmo’ é relevante para o conteúdo ‘dança’. Por isso, ocorre, com frequência, fusão, no radical, desses dois conteúdos.

Em ‘sambar’, há fusão no radical ‘samb-’ dos conteúdos ‘dançar’ e ‘ritmo’. O mesmo ocorre em ‘pagodear’, ‘valsar’, ‘lambadear’, ‘salsar’, ‘sapatear’. A fusão de ‘ritmo’ em radicais que expressam o conteúdo ‘dança’ demonstra que ritmos musicais são elementos importantes culturalmente no Brasil.

Bybee (1985) verifica ser possível medir o grau de relevância de categorias gramaticais (tempo, modo, aspecto, número, pessoa etc.) para conteúdos lexicais (expressos por radicais), demonstrando que uma “categoria é relevante para o verbo na medida em que o sentido dessa categoria afeta diretamente o conteúdo lexical do verbo” (BYBEE, 1985, p. 15).

Como acredita na motivação entre forma de expressão e sentido, a autora verifica que categorias mais relevantes a uma base tendem a ocorrer mais próximas dela, enquanto categorias menos relevantes encontram-se mais distantes dessa base. Se a relevância entre dois conteúdos for muito alta, é possível que ocorra fusão das unidades de superfície desses conteúdos. Em outras palavras, conteúdos só se fundem em termos formais se forem relevantes entre si. Através de um estudo de 50 línguas, da aludida amostra elaborada por Perkins, Bybee (1985) propõe, para as categorias verbais, uma escala decrescente de relevância: valência, voz, aspecto, tempo, modo e concordância, que formalizamos a seguir:

(03)

<<< Da menos relevante para a mais relevante

<-----
 valência voz aspecto tempo modo concordância

A autora verifica que o aspecto é uma categoria mais relevante para o significado do verbo que a concordância. Enquanto o aspecto refere-se diretamente ao evento descrito pelo verbo, a concordância liga-se aos participantes do evento. A maior relevância de aspecto que concordância leva a duas previsões: 1) a ocorrência de mais expressões lexicais de aspecto que de concordância nas línguas do mundo e 2) a existência de mais línguas com a categoria flexional aspecto que com a categoria flexional concordância. Essa última previsão, segundo Bybee (1985), foi confirmada por Greenberg (1963), que demonstrou o seguinte: quando há flexão de número e pessoa nos verbos, há também flexão de tempo, aspecto ou modo.

Essa informação reforça a escala de relevância proposta por Bybee (1985), visto que aponta serem tempo, aspecto e modo mais relevantes para o verbo que concordância. No português, há flexão de número e pessoa (categorias amalgamadas numa mesma unidade morfológica), e, como prevê Greenberg (1963), ocorre também flexão de modo, tempo e aspecto (aglutinadas em uma unidade morfológica).

Das categorias expressas nos morfemas verbais do português - modo, tempo, aspecto, número e pessoa -, o aspecto é a mais relevante semanticamente, de acordo com a escala de relevância de Bybee (1985). No português, há muitos casos de expressão lexical de aspecto, como prevê o princípio relevância. Como demonstra Gonçalves (2005), fundamentando-se em Travaglia (1981) e Borba (1991), em exemplos como ‘progredir’, ‘desenvolver’, ‘crescer’, há a indicação de aspecto INCOATIVO, já que são colocados em evidência o início e o desenvolvimento do evento, mas não o seu término.

Quanto ao significado aspectual REITERAÇÃO - que expressa repetição, hábito - ocorrem dados como ‘permanecer’, ‘costumar’, ‘fumar’. Um outro significado aspectual indicado por Gonçalves (2005) é o de PONTUALIDADE, com o qual coloca em evidência o término de um processo. Observa-se tal significado em ‘cair’, ‘falecer’, ‘acabar’. Todos esses dados demonstram como é frequente a existência de expressão lexical de aspecto em português.

O conceito de relevância, no entanto, apresenta problemas. Não há parâmetros evidentes para distinguir o que é relevante semanticamente daquilo que não é. Muitas vezes, então, sem esses parâmetros, acaba focalizando-se a posição ou a fusão como índices da relevância. Para categorias gramaticais, é, inclusive, difícil pensar em graus de importância semântica e cultural. Desse modo, não é fácil aplicar aos dados a definição de relevância.

À não existência de uma abordagem efetiva de relevância semântica ou cognitiva, soma-se o fato de, nas línguas, muitas vezes, uma mesma categoria ser expressa por meios de materialização distintos. Utilizamos, no português, expressão morfológica ou sintática para indicar futuro: ‘jogarei’ ~ ‘vou jogar’; ‘jogaria’ ~ ‘iria jogar’. Além disso, ocorre fusão de modo-tempo-aspecto, mas também de número-pessoa: ‘tive’ e ‘teve’; ‘fui’ e ‘foi’; assim, mesmo estando mais distante da base, afixos de NP teriam relevância suficiente para manifestar-se por fusão.

Como demonstramos acima, o significado COMPANHIA pode ser expresso morfológicamente em algumas bases: ‘co-orientar’; ‘coproduzir’; ‘coparticipar’. Entretanto, esse conteúdo também pode ser expresso por meio sintático: ‘orientar em conjunto’; ‘participar da reunião na companhia de Fulano’. Em outras palavras, parece que a relevância não é um parâmetro adequado para entender os tipos de expressão linguística.

Fundamentando-se em Bybee (1985), Gonçalves (2005, p. 133) define o princípio generalidade da seguinte forma: “para ser flexional, o significado deve ser aplicado a todas as bases com mesma especificação lexical e deve obrigatoriamente ocorrer num contexto sintático apropriado”.

A generalidade é um outro princípio determinante para definir o tipo de expressão linguística. Para que um conteúdo seja expresso flexionalmente, é necessário que seja plenamente aplicável a bases de uma determinada categoria sintática e semântica. A generalidade³ pode ser entendida através da noção de potencial de aplicação de um elemento morfológico com disponibilidade. Um afixo com alta generalidade está disponível, visto que é bastante aplicável a bases. Gonçalves (2011, p.25) focaliza a distinção entre flexão e derivação quanto à aplicabilidade:

“Nos paradigmas derivacionais, encontram-se numerosas células vazias (lacunas), o que não acontece nos flexionais, que tendem a ser mais padronizados: são conjuntos completos ou fechados, altamente previsíveis, com pequeno contingente de casos excepcionais.”

Um processo morfológico só tem uma generalidade de aplicação alta se o seu conteúdo for mínimo. Se o conteúdo de um processo morfológico for muito específico, tal processo não será aplicável a um grande número de bases. O conteúdo ‘direção’ não é expresso flexionalmente

³ Não se deve confundir generalidade com produtividade. A produtividade (ARONOFF, 1976) tem relação com frequência de uso de uma regra de formação de palavras. Um processo produtivo, além de estar disponível (ter alta aplicabilidade), é bastante utilizado para determinada classe com características morfológicas específicas. Não se deve definir a produtividade de uma maneira, absoluta, genérica. Uma regra é produtiva para uma classe X com determinadas características: a regra de formação de substantivos em *-ção* é produtiva para bases verbais em *-izar*; já a substantivação em *-mento* tem alta produtividade, por exemplo, nas bases verbais em *-ecer*.

Perspectivas que aproximam flexão e derivação

em português e não tem alta generalidade. Isso ocorre, porque esse conteúdo é muito específico, só se aplicando a verbos que expressam movimento.

Um grau de relevância semântica muito alto impede que a generalidade seja alta por dois motivos. Um desses motivos é que a combinação de conteúdos relevantes costuma acarretar expressão lexical. Como ilustração, podemos, novamente, analisar o conteúdo DIREÇÃO. Esse conteúdo é tão relevante a verbos de movimento que é frequente a ocorrência de expressão lexical, como verificamos na última seção, em dados como ‘subir’; ‘descer’; ‘seguir’; ‘voltar’; ‘entrar’; ‘sair’.

Bybee (1985, p. 19) verifica que, para a expressão ser morfológica, o grau de relevância precisa ser alto, mas não ao ponto de levar à expressão lexical. Por isso, quando o grau de relevância é muito alto, há, de modo geral, expressão lexical. Às vezes, há, na língua, expressão lexical e morfológica para um determinado conteúdo.

Gonçalves (2005, p.136) utiliza o conteúdo OPOSTO no português para exemplificar tal fato; esse conteúdo é muito relevante semanticamente em bases adjetivas. Desse modo, para a indicação de OPOSTO, ocorre expressão morfológica: prefixo *in-*: ‘apto’ / ‘inapto’; ‘justo’ / ‘injusto’; ‘útil’ / ‘inútil’.

Todavia, pela altíssima relevância desse conteúdo, há também expressões lexicais na língua: ‘bonito’ / ‘feio’; ‘magro’ / ‘gordo’; ‘alegre’ / ‘triste’; ‘forte’ / ‘fraco’. Formas como ‘*imbonito’; ‘*imagro’; ‘*inalgre’; ‘*inforte’ são bloqueadas. Esse bloqueio, para Bybee (1985), é, então, explicado pela interação dos princípios relevância e generalidade.

Gonçalves (2005) demonstra que o prefixo *in-* não tem expressão flexional no português, porque deixa lacunas com relação à generalidade, não sendo plenamente aplicável. Em outras palavras, o prefixo *in-* é considerado derivacional por ter uma relevância semântica alta. Isso reforça a verificação de Bybee (1985), acima exposta: conteúdos, para serem flexionais, devem estar no centro da escala de relevância.

Outra causa de relevância alta levar a lacunas na generalidade é que categorias muito relevantes, geralmente, acarretam alteração de sentido (BYBEE, 1985). Quando um conteúdo é muito relevante para o radical do verbo, pode levar a uma opacidade de sentido muito grande ao ser aplicado a uma base. Bybee (1985, p. 18) verifica que, quando ocorre expressão lexical, os falantes não conseguem aplicar o processo produtivamente.

Gonçalves (2005) demonstra que isso ocorre em português com o conteúdo CAUSATIVIDADE. Por esse conteúdo ser muito relevante a verbos (BYBEE, 1985), é normal que se funda a radicais levando à expressão lexical. Os verbos ‘matar’ e ‘morrer’ distinguem-se por o primeiro verbo conter os conteúdos ‘morte’ e CAUSA, enquanto o segundo só indica o conteúdo ‘morte’ (GONÇALVES, 1985, p. 138). O fato é que ‘matar’ e ‘morrer’ indicam processos substancialmente diferentes.

Um outro par que exemplifica a expressão lexical ocasionada pela relevância alta do conteúdo CAUSATIVIDADE é ‘cair’ e ‘derrubar’; o segundo dado difere da base ‘cair’ por manifestar, em seu radical, além do conteúdo ‘queda’, o conteúdo CAUSATIVIDADE. A opacidade semântica faz com que o falante não consiga aplicar o processo produtivamente; em outras palavras, o processo perde em generalidade.

Sintetizando a interação relevância-generalidade, Bybee (1985) demonstra que um alto grau de relevância gera duas consequências na língua: bloqueio (*‘imagro’, *‘imbonito’) e dificuldade de associação entre formas (‘matar’ e ‘morrer’; ‘cair’, ‘derrubar’). Essas consequências

afetam diretamente a generalidade, fazendo com que a aplicabilidade não seja plena (GONÇALVES, 2005, p. 138).

Um conteúdo só é flexional se a interação entre relevância e generalidade (princípios determinantes do tipo de expressão linguística) tornar isso possível. Assim, na expressão flexional, deve haver um grau médio de relevância e um grau alto de generalidade. A relevância deve ser média, porque, se for muito alta, a expressão tende a ser lexical, em vez de morfológica. Havendo relevância média, o conteúdo será mínimo, levando a uma aplicabilidade plena (alto grau de generalidade).

Na verdade, a interação desses princípios fundamenta também os outros tipos de expressão: lexical, sintática e derivacional. Na expressão sintática, a relevância semântica e a generalidade são baixas. Como Bybee (1985) acredita na motivação entre forma e conteúdo, demonstra que, por ser baixa a relevância, na expressão sintática, não há fusão das unidades de expressão. Desse modo, ocorrem dois itens vocabulares distintos. Além disso, nessa expressão, a generalidade é baixa, não havendo aplicabilidade plena.

Na expressão lexical, ocorre relevância alta e generalidade baixa. Por ser alta a relevância, há fusão das unidades de expressão: ‘derrubar’ (CAUSA + ‘queda’), ‘matar’ (CAUSA + ‘morte’. A expressão lexical faz com que o falante não consiga aplicar o processo produtivamente (a generalidade torna-se baixa). Na expressão derivacional, a relevância é alta e a generalidade é média; prefixos são relevantes indicando, geralmente, conteúdos específicos.

Por veicularem noções muito específicas, prefixos não têm generalidade plena, localizando-se no centro da escala de generalidade. O prefixo *des-*, no português, indica um conteúdo muito específico: REVERSIBILIDADE (GONÇALVES, 2005, p. 34). Desse modo, esse conteúdo só se aplica a bases que indicam processos passíveis de reversão, a exemplo de ‘desaprender’; ‘desanimar’; ‘descontrole’; ‘desentupir’; ‘desligar’. Formas como ‘*desviver’ e ‘*desmorrer’ são agramaticais, visto que não veiculam processos reversíveis⁴.

Gonçalves (2005) cita também dados de afixos que expressam direção para demonstrar que processos derivacionais são pouco gerais devido a indicarem conteúdos específicos: *sub-*; *intra-*, *supra-*; *inter-* só se afixam “a nomes passíveis de localização espacial, não podendo ser anexados a um elevado número de bases para serem gerais e, portanto, adquirir status flexional” (GONÇALVES, 2005, p. 135).

O trabalho de Bybee (1985) fornece um aporte teórico para os diversos tipos de expressão linguística e realiza previsões sobre quais categorias tendem a ser flexionais nas línguas do mundo, demonstrando quais princípios fundamentam essa regularidade para a expressão flexional prototípica.

A autora também verifica como categorias relevantes ocorrem mais próximas do radical que categorias menos relevantes e evidencia a existência de fusão sistemática de categorias relevantes em radicais nas línguas do mundo. Além desses aspectos que objetivam demonstrar uma motivação entre forma e conteúdo, Bybee (1985, p. 87) ainda explicita que a divisão entre os processos flexional e derivacional não deve ser discreta, mas gradiente:

⁴ Em determinados contextos, é possível que o falante produza, propositadamente, “desmorrer” e “desviver”. Caso isso ocorra, ele estará conceptualizando uma cena não reversível como reversível: “Depois que soube da tragédia com a sua família, ela desviveu”; “Os médicos pensaram que o paciente morreria naquela semana, mas, de repente, ele desmorreu”.

Perspectivas que aproximam flexão e derivação

“Alguns linguistas ficariam infelizes com a conclusão de que a distinção entre as morfologias derivacional e flexional não é discreta, mas gradiente ... O modelo que resulta dos princípios teóricos desenvolvidos neste livro, no entanto, reconhece fenômenos gradientes de vários tipos e é, portanto, capaz de lidar com uma divisão não discreta entre flexão e derivação”.

Apesar de propor, teoricamente, uma visão não discreta entre as expressões morfológicas flexional e derivacional, Bybee (1985), além de não definir plenamente o conceito de relevância, não fornece um instrumental teórico capaz de posicionar os afixos das línguas nesse *continuum*. Como aponta Gonçalves (2005), fundamentando-se apenas em relevância semântica e generalidade, não é possível posicionar quaisquer afixos da língua portuguesa num *continuum* morfológico entre flexão e derivação. “Em outras palavras, não aparece operacionalizada, na prática, a ideia de escalaridade entre flexão e derivação” (GONÇALVES, 2005, p. 165).

Focalizando, por exemplo, as categorias gênero e grau, “o -a de feminino é menos aplicável que os sufixos de grau, mas não parece menos flexional que -inho, -ão e -íssimo, sem qualquer relevância para a sintaxe” (GONÇALVES, 2005, p. 166). Em termos de generalidade, grau seria mais flexional que gênero. Já por relevância semântica, grau seria mais relevante semanticamente que gênero, como a ordem indica, e, por isso, seria mais derivacional. Para chegarmos a uma conclusão sobre o lugar dos afixos de gênero e grau no *continuum* flexão-derivação, precisaríamos lançar mão de outros critérios:

“Como a diferença entre flexão e derivação não é encarada como discreta, torna-se necessário buscar parâmetros que funcionem como medidas de avaliação para o posicionamento das operações morfológicas ao longo do continuum idealizado por Bybee (op. cit.). A autora não oferece esse instrumental.” (GONÇALVES, 2005, p. 166).

Gonçalves (2005) verifica que inspecionar categorias por critérios empíricos pode ser efetivo para avaliar afixos de modo gradiente. Quando se inspecionam marcas morfológicas específicas, é comum que haja características derivacionais e flexionais a depender do critério analisado. Isso demonstra que a categorização linguística se processa na base de protótipos; se um afixo *X* atende a todos critérios que apontam para a flexão, ele é o membro prototípico. Outros afixos *Y*, *Z* afastam-se mais ou menos do protótipo flexional. Quanto mais características flexionais tem um afixo, mais próximo do polo flexional ele está.

Gonçalves (2005) propõe que, na análise gradiente de categorias, devemos inspecionar alguns critérios não por binarismos, mas por graus: relevância (baixa, média, alta); fusão (baixa, média, alta); generalidade (baixa, média, alta); previsibilidade (baixa, média, alta), lexicalização (baixa, média, frequente). Essa visão gradiente dos critérios possibilitaria dispor não só formativos distintos no *continuum* flexão-derivação (gênero, número e grau) como também marcas concorrentes de uma mesma categoria (por exemplos, sufixos agentivos, como *-ista* e *-dor*).

2. A ANÁLISE DE BOOIJ (1996)

Booij (1996) aborda a relação entre flexão e formação de palavras. O autor demonstra que a distinção entre flexão e derivação é questionada por uma série de morfólogos. Schultink (1962), por exemplo, afirma que a distinção entre flexão e derivação não se sustenta quando se analisam dados da língua holandesa. Essa afirmação é muito forte e, por isso, foi questionada por vários linguistas. O estruturalista De Groot (1966) defende a distinção entre os processos,

demonstrando que a flexão é mais periférica que a derivação. Além disso, afirma que a derivação, em oposição à flexão, é frequentemente irregular.

Perlmutter (1988) e Anderson (1992) defendem a hipótese da morfologia cindida. Os autores acreditam que flexão e derivação ocorram em módulos linguísticos separados (léxico e sintaxe). Booij (1996) defende a tese de que flexão e derivação devem ser entendidas como processos distintos, mas ocorrem num mesmo componente da gramática: o morfológico. Desse modo, o autor defende que as duas posições radicais não dão conta da descrição desses processos.

Para Booij (1996), há dois tipos de flexão: inerente e contextual. A flexão inerente não é requerida pela sintaxe. O autor fornece, como exemplos de flexão inerente, a categoria número para os nomes; o grau superlativo e comparativo para os adjetivos; o tempo, o aspecto, o infinitivo e o particípiopara o verbo. A flexão contextual é obrigatória, visto que é exigida pelo contexto sintático. São exemplos de flexão contextual as marcas de número e pessoa nos verbos, as marcas de concordância nos adjetivos e o caso nos nomes. Demonstra o autor que relevância sintática não é um bom critério para distinguir flexão de derivação.

A flexão inerente é mais semelhante à derivação que a flexão contextual, visto que a flexão inerente alimenta a formação de palavras. Dados de aquisição da linguagem e de mudança linguística também reforçam a distinção entre os dois tipos de flexão.

Booij (1996) demonstra que a flexão inerente pode servir como base para a derivação e para a composição. Em muitos dados, substantivos no plural servem como *input* de palavras compostas ou derivadas. Isso evidencia que flexão e derivação não ocorrem em componentes separados. Os participios também podem ser considerados exemplos de flexão inerente que alimenta a formação de palavras, já que, em muitas línguas, participios funcionam como adjetivos e, além disso, criam outras palavras por processos deadjetivais. O autor demonstra que, em holandês, infinitivos, que têm características de nome e verbo, também participam da criação de novos vocábulos através de derivação e composição. A flexão contextual, diferentemente da inerente, não alimenta diretamente a formação de palavras.

No português, observamos casos evidentes de flexão inerente que alimenta a formação de palavras. O número plural, nos substantivos, atua na composição: ‘porta-copos’, ‘paraquedas’. Já o gênero feminino e o particípio ocorrem, com frequência em processos derivacionais: ‘sabiamente’ (‘sábia’ + *-mente*); ‘cansadíssimo’ (‘cansado’ + *-íssimo*) e ‘quebradiço’ (‘quebrado’ + *-iço*).

Há muitos casos considerados flexionais pela tradição que são semelhantes aos derivacionais. Nesses exemplos de flexão inerente, atuam as mesmas regras lexicais que ocorrem na derivação. Em outras palavras, há regras no léxico que atuam como regras de redundância e como regras que produzem novas palavras.

Para Booij (1996), os processos morfológicos flexionais podem alimentar a criação de palavras, porque regras lexicais podem alimentar outras regras. Não se deve, dessa maneira, considerar que a flexão inerente ocorre num componente morfológico pós-sintático através de regras de saída.

A flexão inerente apresenta restrições na criação de novos vocábulos. Na derivação, geralmente, ocorrem radicais como *inputs*. As formas flexionadas só servem como *inputs* quando

Perspectivas que aproximam flexão e derivação

acrescidos de sufixos não-coerentes (sufixos que formam palavras prosódicas)⁵: ‘portõezinhos’ (‘portão’ + PLURAL + *-zinhos*); ‘animaizinhos’ (‘animal’ + PLURAL + *-zinhos*) e ‘interessadamente’⁶ (‘interessado’ + FEMININO + *-mente*). Isso mostra que restrições morfológicas podem ter uma base prosódica (Booij & Lieber, 1993). É importante ressaltar que, para o autor, na formação de palavras, o *input* infinitivo funciona como substantivo e o *input* participípio, como adjetivo.

Marcas de flexão contextual são mais periféricas que marcas de flexão inerente. Booij (1996) afirma que, em nomes, geralmente, sufixos de caso ocorrem depois do sufixo de número. Já nos verbos, sufixos de tempo e aspecto ocorrem mais próximos à base que sufixos de número e pessoa. Desse modo, a distinção entre dois tipos de flexão é fundamental para a análise da posição de marcas morfológicas no interior de um vocábulo.

Booij (1996) afirma que, na fase de aquisição da linguagem, as marcas de flexão inerente são aprendidas primeiramente com relação às marcas de flexão contextual. O que explica isso é que as marcas de flexão inerente têm significado, apresentam um conteúdo. Já os afixos de flexão contextual não indicam informações independentes. Marcas de caso são aprendidas pelas crianças depois das marcas de número, assim como os afixos de tempo e aspecto são dominados pelos falantes antes dos afixos de número e pessoa.

Para Booij (1996), a flexão inerente localiza-se no domínio da flexão. Chelliah (1992) demonstra que, na língua Manipuri, as marcas derivacionais podem alterar a posição umas com as outras com distinção de significado correspondente; o mesmo não ocorre com a flexão, cujas marcas apresentam posição fixa. Um outro argumento fundamental para colocar a flexão inerente no domínio da flexão é que uma mesma marca formal pode funcionar como flexão inerente ou contextual.

No português, a marca de gênero *-a* e a marca de plural *-s* são consideradas flexão contextual nos adjetivos (‘mulher bonita’) e flexão inerente nos substantivos (‘a professora’). Além disso, algumas línguas podem fundir num mesmo afixo um conteúdo de flexão inerente e outro de flexão contextual. No latim, por exemplo, uma mesma terminação indicava caso e número no substantivo: em ‘ueritatem’, *-m* informava as noções de caso acusativo e número singular.

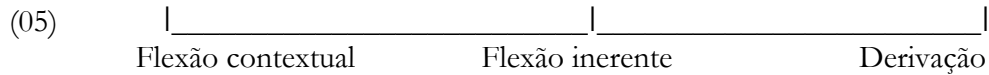
A distinção entre os tipos de flexão ainda auxilia na noção de radical para processos de formação de palavras, já que radical pode ser entendido como a palavra menos suas marcas de flexão inerente e flexão contextual. Como último argumento, Booij (1996) afirma que a fonologia “enxerga” a flexão diferentemente da derivação. Fundamentando-se em Wetzels (1992), afirma que, no português, processos derivacionais sofrem a aplicação de regras fonológicas de alternância de vogal média, o que não ocorre com processos flexionais.

Para Booij (1996), flexão e derivação ocorrem num mesmo componente: o léxico (o que corresponde ao lexicalismo forte, na visão da teoria gerativa). Mesmo ocorrendo num mesmo componente, há restrições na interação desses processos. Sendo assim, só a flexão inerente alimenta a formação de palavras. Apesar de possuir características derivacionais, a flexão inerente

⁵ Gonçalves (2012) demonstra que, no português, sufixos, em geral, não projetam palavras prosódicas, mas se anexam a uma base sob um único acento: ‘portugu-’ + ‘-ês’ = ‘português’ (uma palavra prosódica -PwD); ‘malandr’ + ‘-agem’ = ‘malandragem’ (uma PwD). As exceções são os sufixos ‘mente’ e ‘zinho’, que projetam PwD e, por isso, não promovem alterações fonético-fonológicas na palavra-base.

⁶ É importante verificar que ‘interessada’, mesmo sendo um caso de flexão contextual, atua no processo de formação de palavras. No português, adjetivos no feminino formam advérbios a partir do acréscimo de *-mente*.

não deve ser confundida com derivação. A flexão inerente localiza-se no meio de uma escala, cujos polos correspondem à flexão e à derivação, a exemplo do que se observa em (5), a seguir:



No português, as formas verbais flexionadas que participam da criação de palavras por composição, geralmente, são aquelas em que não ocorrem marcas verbais para expressar modo-tempo-aspecto e número-pessoa: ‘*porta-copos*’; ‘*guarda-chuva*’; ‘*pega-pega*’; ‘*pula-pula*’. Nessas bases, é ausência de marcas – o que a tradição estruturalista chama de morfe zero – que caracteriza tanto o PRESENTE DO INDICATIVO como 3ª PESSOA DO SINGULAR.

Nesse sentido, não nos parece relevante a distinção entre flexão inerente e contextual na formação de novas palavras. O que é fundamental para que bases flexionadas sirvam à criação de palavras por composição é a falta de marcas; isso leva a que essas bases sejam instanciadas em outras classes: em ‘*porta-copos*’; ‘*guarda-chuva*’; ‘*pega-pega*’; ‘*pula-pula*’, as bases se instanciam em produtos substantivos.

2. A ANÁLISE DE WINTER (2011)

Winter (2011) demonstra que sempre há contraexemplos nos critérios utilizados para defender uma oposição discreta entre flexão e derivação. Quem defende uma dicotomia entre as “morfologias”, dá peso diferente aos critérios. O autor demonstra como critérios utilizados por Aronoff & Fudeman (2005) para separar flexão e derivação podem ser questionados. Para isso, analisa, além de exemplos do inglês, dados da língua Sahaptin⁷.

Caso se analisem todos os critérios com uma mesma medida e se observem efetivamente os dados, torna-se fundamental pensar num *continuum* entre flexão e derivação. Para defender a morfologia cindida, os morfólogos, em geral, fundamentam-se numa intuição – o que, segundo o autor, não é um argumento – e “fecham os olhos” para contraexemplos. Abaixo, demonstramos alguns dos questionamentos feitos por Winter (2011).

Como exemplos de falhas nos critérios utilizados para distinguir flexão e derivação, Winter (2011) aponta a relevância sintática. Da mesma forma que, na flexão, a concordância levando a utilização de afixos é uma prova de relevância sintática, a mudança de classe, na derivação, também deve ser vista como fundamental para o contexto sintático. Além disso, o autor questiona a relevância sintática em modo, tempo e aspecto.

Quanto à obrigatoriedade de expressão na flexão, demonstra o autor que os zeros morfológicos evidenciam noções indicadas por ausência de expressão formal. Se a marca pode ser zero, isso significa que não existe obrigatoriedade de expressão na morfologia flexional.

Quando se aborda a organização paradigmática da flexão (a aplicabilidade ilimitada), esquecem-se os exemplos de defectividade. Defende-se que, na derivação, há uma tendência maior à alomorfia de bases. Winter (2011) afirma que ocorre alomorfia de base também na flexão.

⁷ O Sahaptin é uma língua indígena do noroeste dos Estados Unidos da América. Essa língua é dividida em dialetos e ainda é utilizada atualmente, apesar de ser pequeno o número de falantes.

Perspectivas que aproximam flexão e derivação

O autor também faz considerações sobre a distinção que se faz entre as “morfologias” quanto a aspectos de significado. Autores que distinguem flexão e derivação, como Aronoff & Fudeman (2005), defendem que, na flexão, não há expressão de um novo conceito: formas de palavra flexionadas indicam o mesmo conceito que a base. Já na derivação, formam-se lexemas que denotam conceitos novos.

Winter (2011) afirma que há, na flexão, casos em que surgem novos conceitos. Em nossa pesquisa, buscamos exemplos do português como ‘tomara’ e ‘demorou’ (interjeições), em que não necessariamente é preservado o sentido base. Além disso, na derivação, podem ocorrer formas que indicam um mesmo conceito. Sufixos como *-dade* formam palavras no português (‘lealdade’) em que talvez não se indique efetivamente um novo conceito: a ideia base parece ser mantida mesmo com o acréscimo do sufixo.

Geralmente, afirma-se que a flexão indica conceitos mais abstratos e a derivação, conceitos mais concretos. Winter (2011) demonstra que há sufixos nominalizadores que indicam conceitos abstratos. Como exemplos do português, podemos citar dados de sufixos nominalizadores como *-dade*, *-mento*, *-ção* (‘bondade’, ‘processamento’, ‘nomeação’).

Segundo o critério composicionalidade, em formas de palavras flexionadas, o significado é composicional, já que o conteúdo da forma de palavra é indicado pela soma de suas partes. Já lexemas derivados podem ter significado não-composicional; Winter (2011) afirma que há exemplos na flexão em que o significado não é composicional. Em palavras complexas do português, podemos citar ‘pudera’ (verbo com sentido interjectivo) e ‘cheguei’, em ‘blusa cheguei’ (verbo com sentido de adjetivo).

4. A ANÁLISE DE BAUER (2004)

Segundo Bauer (2004), o único problema da distinção entre flexão e derivação feita por Booij (1996) é que um mesmo afixo pode ser considerado como marca de flexão contextual ou marca de flexão inerente. Para entender essa crítica, podemos pensar na marca *-s* de número no português. Em substantivos, *-s* é flexão inerente: é utilizada por escolha do falante. Já em adjetivos, é marca de flexão contextual, pois concorda com um substantivo.

O autor afirma que Haspelmath (1996) opta por dizer que a flexão pode mudar classe e exemplifica isso com *-ly*, do inglês, sufixo regular, produtivo e geral. Desse modo, *-ly* seria um sufixo flexional que pode mudar classe. Utilizando o aporte teórico de Haspelmath (1996), defenderíamos que *-mente* é um sufixo flexional que muda classe, pois essa marca tem alto grau de generalidade, além de ser regular e sistemática.

Bauer (2004), então, começa a questionar se a nominalização deverbal não poderia ser chamada de flexão que muda classe. A nominalização tem uma relevância sintática fundamental. Além disso, o argumento de que a nominalização pode gerar palavras com significados diversos (ESTADO, RESULTADO, PROCESSO) não é efetivo. Para o autor, isso é uma característica dos substantivos em geral, não tendo relação com o processo morfológico nominalização. O autor afirma que não há uma clara diferença de significado entre as diversas marcas formais de nominalização deverbal do inglês (*-age*, *-al*, *-ance*, *-ation*, *-ence*, *-ary*, *-ment*, *-s*, *-t*, *-th*, *-ure*, *-y*).

Há afixos que, além de mudar a classe de uma palavra, adicionam determinado significado. Outros afixos, como os nominalizadores, têm como função apenas mudar a classe (efetuar a transposição). A função da nominalização deverbal seria, então, apenas a transposição de verbo para nome. Pode-se pensar nos afixos envolvidos nos processos de formação de

palavras como inerentes ou contextuais. Em detrimento de pensar na distinção entre flexão e derivação, deve-se pensar numa morfologia transposicional. Segundo o autor, é necessário abandonar a visão corrente de que a função da derivação é expandir o léxico através da modificação do significado de lexemas existentes.

Há determinados tipos de morfologia que não podem ser considerados flexão nem derivação. Um exemplo disso é a morfologia avaliativa, realizada pelos aumentativos e diminutivos. Em muitas línguas, não é possível caracterizar aumentativos e diminutivos em nenhuma das duas morfologias.

Villalva (2003) descreve a sufixação avaliativa, no português, como um tipo morfológico específico. Segundo a autora, na sufixação avaliativa, o significado não se limita à dimensão aumentativa ou diminutiva e, além disso, com esse expediente morfológico, sempre se exprime um juízo de valor sobre o conteúdo da base. Rio-Torto (1997), na análise do português, propõe uma regra de formação de palavras específica para a avaliação apreciativa ou depreciativa: RFP AVAL. A apreciação ou a depreciação não seria, então, “*definitória ou configurante dum paradigma derivacional do português*” (RIO-TORTO, 1997).

Os afixos de grau, muitas vezes, mantêm a classe e o gênero da base, características da flexão, e têm uma produtividade maior que marcas flexionais. Todavia, têm também características de derivação; costuma haver, por exemplo, várias marcas formais de grau. Um outro tipo de morfologia, que se mostra diferente de flexão e de derivação, é a de mudança de valência. Segundo Bauer (2004), há marcas formais em inglês que não mudam a classe, mas a valência de uma base: de ‘*king*’ (‘rei’) para ‘*kingdom*’ (‘reino’).

Para o autor, em morfologia, a divisão, então, não deve ser entre flexão e derivação. O autor defende que há 6 tipos de morfologia (contextual, inerente, de mudança de valência, transposicional, avaliativa e de expansão do léxico). O autor tece comentários sobre essas morfologias, como verificamos abaixo:

- 1) Só a flexão contextual é utilizada para atender à concordância entre estruturas.
- 2) A flexão contextual e a inerente mantêm o mesmo lexema. As outras morfologias (de mudança de valência, transposicional, avaliativa e de expansão do léxico) geram novos lexemas através das suas marcas formais.
- 3) As morfologias contextual, inerente e de mudança de valência mantêm a classe da base. Já a transposicional e a de expansão do léxico promovem mudança de classe. A morfologia avaliativa, geralmente, mantêm a classe da base, mas, em alguns contextos, também pode causar mudança de categoria.
- 4) As morfologias inerente, contextual, transposicional e de mudança de valência compartilham função gramatical. Em outras palavras, marcas dessas morfologias são utilizadas para atender a necessidades gramaticais. Já as morfologias avaliativa e de expansão do léxico têm uma função mais lexical. Assim como a morfologia de expansão do léxico, marcas avaliativas criam novos lexemas que não são impostos por necessidades gramaticais.
- 5) A morfologia de expansão do léxico é menos paradigmática que as outras morfologias. A utilização de marcas de expansão do léxico é feita devido a necessidades sociais. Existem lacunas que só se preenchem se houver necessidade social para isso. As outras morfologias são mais automáticas. Segundo Bauer (2004), nestas morfologias, a existência ou não de determinadas classes é imposta por necessidades gramaticais.

Perspectivas que aproximam flexão e derivação

5. A ANÁLISE DE MANOVA (2005)

Manova (2005) faz um estudo tipológico, com base em três línguas flexionais eslavas (búlgaro, russo e servo-croata), dos casos de flexão e derivação não-prototípicos. Os casos não-prototípicos são categorias que podem ter manifestação flexional ou derivacional. As categorias analisadas foram as seguintes: formação de feminino a partir do masculino; diminutivos denominais e transformação para o imperfeito (*imperfectivization*).

A manifestação flexional ou derivacional de uma mesma categoria aponta para a existência de semelhanças entre os processos morfológicos. Para Manova, é necessário analisar flexão e derivação através de um *continuum*. A ideia defendida por Manova é adequada à realidade linguística. Se uma mesma categoria se manifesta por flexão e derivação numa língua, isso constitui uma evidência de que há semelhanças entre tais processos morfológicos.

6. A ANÁLISE DE GONZÁLEZ TORRES (2010)

González Torres (2010), através da análise do inglês antigo, verifica sobreposição de flexão e derivação em alguns afixos. Alguns afixos, em determinadas palavras, têm uma função apenas flexional, mas, em outras, servem de base à derivação. O sufixo *-a*, por exemplo, pode marcar o singular nominativo de nomes masculinos ('adela', que significa 'lama'; 'tosca', que significa 'sapo') ou cumprir relação morfológica com outra palavra ('fulwa' – que significa 'encalçar' – < 'fulwian' – que significa 'batizar' –; 'andetta' – 'alguém que confessa' – < 'andettan' – 'confessar'). Quando marca o singular nominativo de nomes masculinos, a função do sufixo *-a* é exclusivamente flexional. Já nos casos em que *-a* é base para a derivação, é um sufixo flexional e derivacional. Outros sufixos que têm características de flexão e derivação no inglês antigo são *-e*, *-o* e *-u*.

González Torres (2010) defende que os sufixos *-a*, *-e*, *-o* e *-u* são meios flexionais que adquirem a função adicional de expressar derivação. Sendo assim, esses sufixos expressam derivação por meios flexionais e representam uma continuidade entre flexão e derivação no inglês antigo. A autora acredita que flexão e derivação devem ser descritos como pertencentes a um *continuum* morfológico.

Para defender uma continuidade entre os processos, cita Shopen (1985). Não há realizações formais (afixação, alternância vocálica) exclusivas da flexão ou da derivação segundo o autor. Os dois processos lançam mão das mesmas marcas formais. Além disso, a distinção também não pode ser feita tendo em vista as categorias envolvidas, já que uma categoria derivacional em uma língua pode ser flexional em outra.

Ao analisar a função dos sufixos do inglês antigo, González Torres (2010) demonstra que esses sufixos podem alimentar a derivação ou a composição. Ocorrem meios flexionais que adquirem a função de servir de base a outras palavras através da derivação ou da composição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo tendo realizado uma análise muito coerente dos diversos significados e funções de marcas morfológicas nas línguas, acreditamos que a opção de Bauer (2004) de defender a existência de seis morfologias (contextual, inerente, avaliativa, transposicional, de mudança de valência e de expansão do léxico) deve ser evitada.

Propor a existência de seis processos morfológicos em detrimento de dois seria muito pouco econômico e poderia causar um alto custo à descrição das línguas naturais. Além disso, sabemos que há semelhanças entre marcas contextuais / inerentes (flexão); transposicionais / avaliativas / de expansão do léxico (derivação). Talvez seja mais interessante propor a existência de dois polos (flexão e derivação): cada um com diversas marcas formais que apresentam variadas funções e significados. Defendemos não só a existência de semelhanças entre diferentes marcas de um polo, mas também a continuidade / gradiência entre os dois polos.

Booij (1996) afirma que flexão e derivação são processos distintos, mas ocorrem no mesmo componente: o lexical (componente morfológico). O autor demonstra a necessidade de separar a flexão em dois tipos: inerente e contextual. Verifica ainda que a flexão inerente deve se colocar entre os polos da flexão contextual e da derivação. Só a flexão inerente que apresenta algumas semelhanças com a derivação.

Booij (2006) distingue flexão e derivação e aponta diferenças entre esses processos verificadas através da análise de alguns critérios. Posteriormente, evidencia que, quando se inspecionam marcas morfológicas por esses critérios, ocorrem lacunas. O autor não se pauta nas semelhanças, na continuidade entre flexão e derivação. O que faz é distinguir os processos e demonstrar que estes interagem. Além disso, propondo uma distinção entre flexão inerente e contextual, defende a hipótese de que só a flexão inerente realiza interação com a derivação.

Winter (2011) também observa lacunas nos critérios que distinguem flexão e derivação quando se analisam os dados. Além disso, afirma que os autores que distinguem os processos totalmente (de modo discreto) dão, necessariamente, peso diferente aos critérios: consideram alguns em detrimento de outros. Sendo assim, demonstra o autor que deve se propor uma visão gradiente para os dados.

Manova (2005) e González Torres (2010) também defendem essa gradiência entre flexão e derivação. Para demonstrarem isso, buscam fatos linguísticos concretos. O primeiro, num estudo tipológico de três línguas flexionais eslavas (búlgaro, russo e servo-croata), comprova essa semelhança entre os processos através da evidência de, numa mesma língua, uma categoria funcionar como flexional ou derivacional.

A evidência apontada por González Torres (2010), num estudo do inglês antigo, é o fato de uma mesma marca morfológica apresentar função flexional e derivacional. Existem meios flexionais que adquirem funções derivacionais; esse fato aponta para a continuidade entre os dois processos morfológicos.

Esses autores (WINTER, 2011; MANOVA, 2005; GONZÁLEZ TORRES, 2010) apresentam evidências concretas de que uma distinção total, discreta, entre flexão e derivação não é o modo mais eficiente de entender estas duas principais áreas da morfologia. Demonstram que a visão que separa as “morfologias” não dá conta efetivamente dos dados.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Stephen R. “Where’s Morphology?” *Linguistic Inquiry* 13, pp. 571-612, 1982.
- ARONOFF, Mark. *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: The Mit Press, 1976.
- ARONOFF, M.; FUEDEMAN, K. *What is morphology?* Oxford: Blackwell, 2005.

Perspectivas que aproximam flexão e derivação

- BAUER, Laurie. “The function of word-formation and the inflection-derivation distinction”. In: Henk Aertsen, Mike Hannay & Rod Lyall (eds.), *Words in their Places. A Festschrift for J. Lachlan Mackenzie*. Amsterdam, Vrije Universiteit, pp. 283-292, 2004.
- BOOIJ, Geert & LIEBER, Rochelle. “On the simultaneity of morphological and prosodic structure”. In: Sharon Hargus and Ellen Kaisse (eds.), *Studies in Lexical Phonology*. San Diego, Academic Press, pp. 23-44, 1993.
- BOOIJ, Geert. “Inherent versus contextual inflection and the split morphology hypothesis”. In: Booij & Van Marle (eds.), *Yearbook of Morphology 1995*. Dordrecht, Kluwer, pp. 1-16, 1996.
- BOOIJ, Geert. “Inflection and derivation”. In: K. Brown et al. (eds.), *Encyclopedia of language and linguistics*. 2 ed., v. 5, Oxford, Elsevier, pp. 654-661, 2006.
- BORBA, Sônia Costa. *O aspecto em português*. São Paulo, Editora Contexto, 1991.
- BYBEE, Joan L. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. 1 ed., v. 9, Amsterdam, Philadelphia, John Publishing Company, 1985.
- CHELLIAH, Shobhana Lakshmi. “Bracketing paradoxes in Manipuri”. In: M. Aronoff (eds.), *Morphology now*. Albany, State University of New York Press, pp. 33-47, 1992.
- CHOMSKY, Noam. Remarks on nominalization. In: CHOMSKY, Noam. *Studies on Semantic in Generative Grammar*. Mouton, The Hague, p. 11-61, 1970.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio. *Flexão e Derivação em Português*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2005.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio. *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português*. 1 ed. São Paulo, Contexto, 2011.
- GONZÁLEZ TORRES, Elisa. “The Inflection-Derivation Continuum and the Old English Suffixes -a, -e, -o, -u”. In: ATLANTIS. *Journal of the Spanish Association of Anglo-American Studies*. 32.1. pp. 103–122, junho de 2010.
- GREENBERG, Joseph. “Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements”. In: GREENBERG, J. *Universals of language*. Cambridge, MA, MIT Press, 1963.
- HALLE, Morris. “Prolegomena to a theory of word formation”. *Linguistic inquiry*, pp. 3-16, 1973.
- HASPELMATH, Martin. “Wordclass-changing inflection and morphological theory”. In: Booij, Geert & van Marle, Jaap (eds.), *Yearbook of Morphology 1995*. Dordrecht, Kluwer, pp. 43–66, 1996.
- LIEBER, Rochelle. *On the organization of the lexicon*. Ph.d. Dissertation, Cambridge, MIT, 1980.
- MANOVA, Stela. “Derivation versus Inflection in three Inflecting Languages”. In: DRESSLER Wolfgang, U; KASTOVSKY, Dieter; PFEIFFER, Oskar; RAINER, Franz (eds.): *Morphology and its Demarcations*. Amsterdam-Philadelphia: Benjamins, pp. 233-252, 2005.
- PERLMUTTER, D. “The split morphology hypothesis: Evidence from Yiddish.”. In Hammond & Noonan (eds.), *Theoretical Morphology*. San Diego etc., Academic Press, pp. 79–100, 1988.
- RIO-TORTO, Maria Graça. Sistêmica e pragmática dos sufixos avaliativos. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, v. 21, pp. 203-228, 1996-1997.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1981.

VILLALVA, Alina. “Aspectos Morfológicos da Gramática do Português”. In: MIRA MATEUS; M. H.; BRITO, A. M; DUARTE, I. *et al. Gramática da Língua Portuguesa*. 5 ed. Lisboa, Caminho, pp. 915-983, 2003.

WETZELS, W. L. “Mid vowel neutralization in Brazilian Portuguese”. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 23, pp. 19-55, 1992.

WILLIAMS, Edwin. “On the notions ‘lexically related’ and ‘head of a word’”. *Linguistic Inquiry*, 12 (2): 245-274, 1981.

WINTER, Carl. “Inflection and derivation”. *Ling* 481/581, 2011.

APPROACHES TO THE RELATIONSHIP BETWEEN INFLECTION AND DERIVATION

Abstract: *This paper* describes the interpretation of the distinction between inflexion and derivation in recent approaches, showing that the continuum proposition is increasingly being consolidated in the literature.

Keywords: *Morphology; Inflection; Derivation.*